



INVESTIGAÇÃO

Lula blinda o diretor da Abin e demite nº 2

Presidente dá sobrevida ao chefe da agência, no qual diz ter confiança, mas exonera diretor-adjunto, ligado a Bolsonaro

» LUANA PATRIOLINO
» HENRIQUE LESSA
» VICTOR CORREIA

Pressionado por aliados para exonerar toda a cúpula da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), após o escândalo de monitoramento ilegal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu dar sobrevida ao amigo e diretor do órgão, Luiz Fernando Corrêa. O petista, no entanto, exonerou o número 2, o diretor-adjunto Alessandro Moretti. Ele será substituído por Marco Cepik que, atualmente, comanda a Escola de Inteligência da Abin.

A dispensa ocorreu um dia depois da operação da Polícia Federal contra o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ). Moretti é ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Outros departamentos da agência devem passar por trocas nos próximos dias.

No relatório encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a PF destacou que atuais integrantes da cúpula da Abin interferiram e prejudicaram as investigações ao dificultar o acesso a dados. A corporação também afirmou que há um possível "conluio" da gestão anterior com os membros atuais "cujo resultado causou prejuízo para a presente investigação, para os investigados e para a própria instituição".

Horas antes da demissão, Lula sinalizava que a exoneração de Moretti seria sacramentada.

"A gente nunca está seguro. O companheiro que eu indiquei para ser o diretor-geral da Abin é o companheiro que foi o meu diretor-geral da PF entre 2007 e 2010. É uma pessoa que eu tenho muita confiança, e por isso eu o chamei, já que eu não conhecia ninguém dentro da Abin", afirmou, em entrevista à CBN Recife. "E esse companheiro montou a equipe dele. Dentro dessa equipe tem um cidadão (Moretti), que é o que está sendo acusado, que mantinha relações com o Ramagem", acrescentou, numa referência a Alexandre Ramagem, diretor da agência na gestão Bolsonaro.



O companheiro que eu indiquei para ser o diretor-geral da Abin é o companheiro que foi o meu diretor-geral da PF entre 2007 e 2010. É uma pessoa que eu tenho muita confiança"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Moretti ocupava o cargo de diretor-adjunto da Abin desde março de 2023. Entre 2021 e 2023, atuou como diretor de Inteligência Policial e de Tecnologia da Informação da Polícia Federal. Ele também foi secretário executivo da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal entre 2019 e 2021, na primeira gestão de Anderson Torres — que foi preso sob acusação de omissão nos atos golpistas de 8 de janeiro.

Segundo a PF, Moretti é suspeito de repassar informações para Ramagem, atual deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro, além de participar de um esquema de espionagem ilegal na Abin.

Na entrevista, Lula também cobrou que a PF não faça "show pirotécnico" com suas operações e que não divulgue nomes dos investigados sem que haja provas

Leonora Catasans/IEA-USP



O diretor da Abin, Luiz Fernando Corrêa: PF indicou que integrantes da cúpula dificultaram apurações

concretas. O petista já criticou, no passado, sua prisão, que teve ampla divulgação.

Resistência

A indicação de Moretti, ainda nos primeiros meses do governo Lula, foi muito criticada por aliados, que identificavam o delegado como um "bolsonarista raiz", o que dificultou a aprovação de Corrêa na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

O presidente do colegiado, Renan Calheiros (MDB-AL), adiou a data para marcar a sabatina da direção da agência, atraso entendido como resistência do governista ao nome de Moretti para o órgão. Com a demora na aprovação da Abin, também atrasou a fila

de aprovação de indicados para outras instituições que precisavam de aval do Senado, forçando, em maio de 2023, a aprovação dos nomes da Abin.

Para o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), as investigações deixam claro que Bolsonaro tentou corromper as instituições do Estado até mesmo durante a gestão de Lula.

"Antes, tínhamos desconfianças, mas infelizmente, agora, temos provas de que, mesmo sob o governo do presidente Lula, a família Bolsonaro tenta buscar privilégios dentro das instituições", disse o parlamentar ao **Correio**. "Se dependesse de mim, eu exonera a todos (da atual direção da Abin), mas essa decisão é do presidente."

Na avaliação dele, "o que está acontecendo agora é a

confirmação daquilo que a sociedade já desconfiava". "É muito bom, nós precisamos dar transparência e luz a esse episódio sombrio do governo Bolsonaro", emendou.

O deputado Pedro Uczai (PT-SC) afirmou que a operação da PF na casa de Carlos Bolsonaro trouxe à luz a necessidade de se rediscutir o modelo e, até mesmo, a existência de um órgão de inteligência no país.

"Ficou claro que, com o escrutínio do ódio, com inteligência paralela, com espionagem de opositores, não existia, nessa época, um Estado Democrático de Direito. É grave, é crime e precisa mudar. Temos que rever esse instrumento, ou precisamos de uma nova Abin, ou ela nem precisa existir", enfatizou o parlamentar.

» Petista rebate Bolsonaro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva rebateu, ontem, as acusações de que o governo estaria perseguindo politicamente a família do ex-presidente Jair Bolsonaro com a operação da Polícia Federal (PF) que mirou o vereador Carlos Bolsonaro. Para o petista, o adversário falou "uma grande asneira", e seu governo não manda nem na PF nem na Justiça. O chefe do Executivo declarou, ainda, que não tenta interferir na corporação, ao contrário do ex-presidente. "Ele falou uma grande asneira. O governo brasileiro não manda na Polícia Federal. Muito menos o governo brasileiro manda na Justiça", declarou Lula, à CBN Recife. "A Polícia Federal foi cumprir um mandato da Justiça. Eu não vejo nenhum problema anormal se é uma decisão judicial", acrescentou. Lula frisou também que Bolsonaro já chefiou o Executivo e lidou com a PF, mas tentou interferir na polícia "ao seu bel-prazer" e sem consultar as demais autoridades.

Saiba mais

Vazamento

A Polícia Federal abriu uma investigação para apurar se informações da operação de segunda-feira vazaram com antecedência para o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), um dos alvos das diligências — revelaram fontes consultadas pelo Correio. Quando a equipe policial chegou à residência da família Bolsonaro, em Angra dos Reis (RJ), o parlamentar não estava no local.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Congresso empareda governo com emendas ao Orçamento

Deve-se ao pensador italiano Antônio Gramsci, quando encarado pelo ditador Benito Mussolini, nos seus *Cadernos do Cárcere*, a diferenciação entre a pequena política e a grande política. A pequena política é do dia a dia, nos bastidores do poder: intrigas, articulações e interesses fisiológicos. A grande política envolve os assuntos que dizem respeito aos grandes interesses nacionais, às estruturas econômico-sociais e estaria ligada à fundação e conservação do Estado. Assim, seria de interesse de quem faz a grande política excluí-la do debate político e trazer para o primeiro plano o debate sobre a pequena política.

É mais ou menos o que ocorre na discussão sobre as vultosas emendas parlamentares ao Orçamento da União, que saltaram de R\$ 11 bilhões para R\$ 16,6 bilhões só para as emendas

de comissão, conhecidas como RP8. Em 2023, o valor foi de R\$ 6,9 bilhões. Ao sancionar o Orçamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou R\$ 5,6 bilhões dessas emendas, o que mais ou menos corresponde aos cortes feitos pelo Congresso nas verbas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Mesmo com o veto, o saldo total das emendas parlamentares será de cerca de R\$ 47,4 bilhões. As verbas do PAC somam cerca de R\$ 55 bilhões.

Na reabertura dos trabalhos legislativos, em rota de colisão com o Palácio do Planalto, os líderes do Congresso ameaçam derrubar o veto, como já fizeram em outras ocasiões, caso das desonerações da folha de pagamento. Ontem, o governo sinalizou que estaria disposto a negociar essas emendas, para que fossem mantidas e direcionadas aos objetivos das

políticas públicas. Entretanto, é leite derramado. A alternativa seria negociar um acordo para o Orçamento da União de 2025.

No Senado, isso é até plausível, porque senadores são eleitos por voto majoritário; na Câmara, porém, o voto proporcional induz os deputados a atenderem interesses de prefeitos e vereadores de sua base eleitoral. Há um choque entre a pequena política e a grande política, mas o pano de fundo é o presidencialismo sob uma Constituição de viés parlamentarista.

Desde o impeachment de Dilma Rousseff, cuja relação com o Congresso havia se deteriorado completamente, deputados e senadores avançam em relação à execução orçamentária. Seu vice, Michel Temer, adotou uma estratégia de compartilhamento do poder com o Congresso. Pretendia concorrer à reeleição com a bandeira

de semipresidencialismo, com base no modelo francês, o que seria a principal reforma política do país desde a Constituinte de 1988. Temer defende essa tese até hoje.

Entretanto, no rastro de um cometa chamado Lava-Jato, houve um choque de placas tectônicas na sociedade, que provocou um "tsunami" eleitoral em 2018, no qual foi eleito o ex-presidente Jair Bolsonaro. Grande parte do Congresso não renovou o mandato. Desde então, os parlamentares sobreviventes passaram a construir uma blindagem institucional, com objetivo de garantir a renovação de seus mandatos e impedir que a mesma situação se repetisse.

Blindagem eleitoral

No começo de seu governo, Bolsonaro temia um impeachment, por causa do escândalo

das "rachadinhas" da Assembleia Legislativa fluminense, no qual estaria envolvido o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), seu filho, então deputado estadual. A saída foi entregar a articulação política de seu governo ao Centrão e, consequentemente, o orçamento de investimentos do governo ao Congresso. Vem daí as dificuldades de Lula, que se elegeu sem maioria no Congresso e teve que negociar sua governabilidade com o Centrão.

Lula ainda tenta recuperar o poder que tinha nos mandatos anteriores, mas não consegue. Sua alternativa vem sendo confrontar o Congresso e negociar, mas essa é uma via de mão dupla, porque o Centrão faz a mesma coisa, com vantagem de ser o pêndulo que aprova as propostas de governo e/ou derruba seus vetos. De quebra, ainda barganha a ocupação dos ministérios para os quais são destinadas a maioria das emendas parlamentares. Ou seja, sua estratégia esbarra na correlação de forças no Congresso.

A sucessão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do presidente do Senado, Rodrigo

Pacheco (PSD-MG), abriu espaço para que a oposição saísse do isolamento. Lira é um defensor aberto do semipresidencialismo, que é uma resposta às críticas de que o Congresso quer controlar o Orçamento da União, mas não assume a responsabilidade quanto aos êxitos das políticas públicas. Diante de um Congresso adverso, Lula indica ministros que lhe são leais ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Esse jogo é muito perigoso para a democracia. Além da paralisação na execução das políticas públicas e da dispersão de recursos, desgasta a política e os partidos. A renovação do Parlamento é cada vez mais obstruída na montagem de chapas pela cúpula dos partidos, internamente, e pela "disparidade de armas" entre quem já tem mandato e quem não tem, na disputa eleitoral propriamente dita. As emendas ao Orçamento e ao grande aparato dos gabinetes parlamentares, além da concentração de recursos do fundo eleitoral, fortifica a "partidocracia", que pode provocar nova reação da sociedade, como ocorreu em junho de 2013.